JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2022.09.16 06:39:14 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VI • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sexta-feira, 16 de setembro de 2022 • Nº 1400 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

Cardeal Tempesta

Louvai o Senhor que eleva os pobres

PÁGINA 4

BANCO CENTRAL

Atividade econômica sobe 1,17% em julho

A atividade econômica brasileira registrou alta em julho deste ano, de acordo com dados divulgados ontem pelo Banco Central (BC). O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) apresentou aumento de 1,17% em julho de 2022 em relação ao mês anterior, de acordo com os dados dessazonalizados (ajustados para o período). Desde o ano passado, os resultados do IBC-Br vêm oscilando. Em abril e maio teve queda, em junho apresentou crescimento de 0,69% e, agora, mais uma alta. PÁGINA 2

DIGITAL

Nubank deve fechar capital no Brasil e manter ações nos EUA

O Nubank informou ontem à noite que pretende deixar de ser uma companhia de capital aberto no Brasil para continuar registrada somente na Bolsa de NY. Na prática, as BDRs da empresa, sigla em inglês para Recibos Depositários Brasileiros, continuam presentes na B3, a Bolsa de Valores brasileira, mas passam a seguir as regras do mercado americano. Tecnicamente, o conselho de administração da companhia aprovou o início de um processo de descontinuidade de seu programa de BDRs nível III na B3 para passar para recibos de nível I. O plano do Nubank será submetido à aprovação da B3. Em linhas gerais, o BDR é um recibo negociado em Bolsa com lastro em ações listadas no exterior. PÁGINA 3

PESQUISA

Políticas sociais: 85% apoiam taxar super-ricos

Uma pesquisa da ONG Oxfam em conjunto com o Datafolha indica que a parcela da população que apoia aumentar os impostos sobre pessoas muito ricas para financiar políticas sociais só aumenta, mas que as propostas nesse sentido não avançam no Congresso. Chamado de "Nós e as desigualdades", o levantamento mostra que 85% dos brasileiros aprova que os super-ricos paguem mais taxas para bancar políticas de educação, saúde e moradia para os mais pobres - um crescimento de 14 pp na comparação com a primeira edição da pesquisa, de 2017, quando apenas 71% aprovavam a medida. 94% apoiam que o imposto pago seja usado para beneficiar, educação, moradia e saúde dos mais pobres. PÁGINA 2

DATAFOLHA

Com 45%, Lula tem vantagem de 12 pontos

RICARDO STUCKERT

A pouco mais de duas semanas do primeiro turno da eleição presidencial de 2022, a disputa segue estável com Luiz Inácio Lula da Silva (PT) (**foto**) sustentando uma vantagem de 12 pontos sobre Jair Bolsonaro (PL). O petista tem os mesmos 45% das intenções de voto marcados há uma semana, e o atual presidente oscilou negativamente de 34% para 33%. Em terceiro lugar, empatados tecnicamente, vêm Ciro Gomes (PDT), com 8%, e Simone Tebet (MDB), com 5%. Foi o que aferiu a nova pesquisa do Datafolha, realizada de terça-feira a ontem. A fotografia é especialmente ruim para Bolsonaro, que nas últimas semanas abriu todas as caixas de ferramentas à disposição para tentar aproximar-se de Lula. O presidente interveio na Petrobras e tem patrocinado baixas consecutivas de preço de combustíveis, elaborou o Auxílio Brasil de R$ 600 para ser pago a famílias mais pobres justamente na campanha e apelou à sua base mais radical com os atos do 7 de Setembro. PÁGINA 5

2022

Governo reduz projeção de inflação e vê PIB maior

O Ministério da Economia reduziu de 7,2% para 6,3% sua estimativa de inflação para este ano. Para 2023, a projeção se manteve em 4,5%. Quanto ao crescimento do PIB, a pasta elevou a previsão de alta de 2% para 2,7% em 2022 e manteve a expectativa de avanço de 2,5% no próximo ano, como antecipado pelo jornal *Folha de S.Paulo*. A revisão do desempenho do PIB é, segundo o chefe da Assessoria Especial de Estudos Econômicos, Rogério Boueri, reflexo da "pujança do mercado de trabalho, com a criação de novos empregos, do crescimento do setor de serviços, que manteve a tendência de crescimento verificada a partir do arrefecimento da pandemia, e do aumento de investimentos". PÁGINA 3

RIO

Castro com 31% e Freixo com 27% lideram disputa ao governo

PÁGINA 4

ARMAMENTO

Rússia traça linha vermelha para os EUA na Guerra da Ucrânia

PÁGINA 6

INDICADORES

IBOVESPA: -0,54% / 109.953,65 / -593,02 / Volume: R$ 22.350.306.677 / Negócios: 3.671.462

Maiores Altas	Preço	%	Oscil.
POSITIVO TECON NM	13.03	+7.24	+0.88
EMBRAER ON NM	13.61	+3.58	+0.47
CIELO ON NM	5.33	+1.72	+0.09
VALE ON NM	68.35	+2.01	+1.35
FLEURY ON NM	16.51	+1.98	+0.32

Maiores Baixas	Preço	%	Oscil.
ECORODOVIAS ON NM	5.37	–11.97	–0.73
VIA ON NM	3.11	–4.60	–0.15
COSAN ON NM	17.82	–4.65	–0.87
SABESP ON NM	49.09	–4.21	–2.16
SUL AMERICA UNT N2	23.73	–3.89	–0.96

Mais Negociadas	Preço	%	Oscil.
VALE ON NM	68.35	+2.01	+1.35
PETROBRAS PN N2	31.06	–0.19	–0.06
BRASIL ON EJ NM	39.85	–1.02	–0.41
MAGAZ LUIZA ON NM	4.34	–2.91	–0.13
ITAUUNIBANCOPN N1	26.77	+0.26	+0.07

Bolsas no mundo	Fechamento	%
Dow Jones	30.961,82	-0,56
NASDAQ Composite	11.552,357	-1,43
Euro STOXX 50	3.545,12	-0,64
CAC 40	6.157,84	-1,04
FTSE 100	7.282,07	+0,07
DAX 30	12.956,66	-0,55

Salário mínimo	R$ 1.212,00	IGP-M	-0,70% (ago.)	EURO turismo	
Ufir	R$ 3,7053	IPCA	-0,36% (ago.)	Compra: 5,2684	Venda: 5,4484
Taxa Selic		CDI		DÓLAR Ptax - BC	
(3/8)	13,75%	0,51	até o dia 15/set.	Compra: 5,2205	Venda: 5,2211
Poupança 3		OURO		DÓLAR comercial	
(16/9)	0,68%	BM&F/grama	R$ 277,50	Compra: 5,2384	Venda: 5,2390
TR (prefixada)		EURO Comercial		DÓLAR turismo	
(Ago/22)	0,2409%	Compra: 5,2363	Venda: 5,2369	Compra: 5,2522	Venda: 5,4322

Economia

MERCADOS

Dólar sobe para R$ 5,23 com temores sobre juros nos EUA

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Os temores de que os Estados Unidos podem elevar os juros além do esperado pesaram no mercado financeiro. O dólar subiu para o maior nível em 40 dias, e a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) caiu para o menor patamar em uma semana.

O dólar comercial encerrou ontem vendido a R$ 5,239, com alta de R$ 0,061 (+1,18%). A cotação subiu durante toda a sessão, até fechar próxima das máximas do dia, em um movimento internacional de compra da moeda norte-americana.

A divisa está no valor mais alto desde 3 de agosto, quando tinha fechado a R$ 5,27. O dólar sobe 0,71% em setembro, mas acumula queda de 6,04% em 2022.

A turbulência também marcou o dia no mercado de ações. O Índice Bovespa (Ibovespa), fechou aos 109.954 pontos, com recuo de 0,54%. O indicador acompanhou as bolsas norte-americanas, que voltaram a cair ontem, após uma trégua no dia anterior.

A divulgação de que os pedidos semanais de auxílio-desemprego caíram nos Estados Unidos aumentaram o pessimismo no mercado internacional. O dado aumentou os receios de que o Federal Reserve (Fed, Banco Central norte-americano) terá de elevar os juros básicos em 1 ponto percentual na reunião da semana que vem, após duas elevações seguidas de 0,75 ponto, para segurar a inflação na maior economia do planeta.

Taxas mais altas em economias avançadas estimulam a fuga de capitais de países emergentes, como o Brasil, pressionando o dólar e a bolsa. Num cenário de elevação de juros nos Estados Unidos, os títulos do Tesouro norte-americano, considerados os investimentos mais seguros do planeta, ficam mais atrativos.

BANCO CENTRAL

Atividade econômica tem alta de 1,17% em julho

A atividade econômica brasileira registrou alta em julho deste ano, de acordo com dados divulgados ontem pelo Banco Central (BC). O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) apresentou aumento de 1,17% em julho de 2022 em relação ao mês anterior, de acordo com os dados dessazonalizados (ajustados para o período).

Desde o ano passado, os resultados do IBC-Br vêm oscilando. Em abril e maio teve queda, em junho apresentou crescimento de 0,69% e, agora, mais uma alta.

Em julho, o IBC-Br atingiu 145,55 pontos. Na comparação com julho de 2021, houve crescimento de 3,87%, sem ajuste para o período, já que a comparação é entre meses iguais. No acumulado em 12 meses, o indicador também ficou positivo, em 2,09%.

O índice é uma forma de avaliar a evolução da atividade econômica brasileira e ajuda o BC a tomar decisões sobre a taxa básica de juros, a Selic, definida atualmente em 13,75% ao ano. O índice incorpora informações sobre o nível de atividade dos três setores da economia, a indústria, o comércio e os serviços e agropecuária, além do volume de impostos.

O indicador foi criado pelo Banco Central para tentar antecipar a evolução da atividade econômica. Entretanto, o indicador oficial é o PIB (Produto Interno Bruto), calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Em 2021, o PIB do Brasil cresceu 4,6%, totalizando R$ 8,7 trilhões. No primeiro semestre de 2022, o indicador já avançou 2,5%.

PESQUISA

85% apoiam taxar super-ricos para financiar políticas sociais

Uma pesquisa da ONG Oxfam em conjunto com o Datafolha indica que a parcela da população que apoia aumentar os impostos sobre pessoas muito ricas para financiar políticas sociais só aumenta, mas que as propostas nesse sentido não avançam no Congresso.

Chamado de "Nós e as desigualdades", o levantamento mostra que 85% dos brasileiros aprova que os super-ricos paguem mais taxas para bancar políticas de educação, saúde e moradia para os mais pobres -um crescimento de 14 pontos percentuais na comparação com a primeira edição da pesquisa, de 2017, quando apenas 71% aprovavam a medida.

A pesquisa mostra ainda que 94% apoiam que o imposto pago seja usado para beneficiar, principalmente, educação, moradia e saúde dos mais pobres, e que 96% acreditam que é obrigação dos governos garantir recursos para programas de transferência de renda e de assistência social, principalmente para quem mais precisa.

"Os dados mostram a manutenção do consistente apoio a uma reforma tributária justa e solidária, que acabe com a regressividade do nosso sistema fiscal", diz o relatório da pesquisa.

Propostas estão paradas no Congresso. Apesar do apoio popular crescente, a reforma tributária está estacionada no Congresso. A proposta para mudar o Imposto de Renda, apresentada em junho de 2021, foi aprovada pela Câmara em 2021 após inúmeras mudanças, e ainda não foi apreciada pelo Senado.

Já a PEC de simplificação de impostos sobre o consumo ainda nem passou pela Comissão de Constituição e Justiça da Casa. Ela chegou a ser pautada em abril e maio deste ano, mas não foi apreciada.

A pesquisa foi feita com 2.564 entrevistas presenciais entre 8 e 15 de março deste ano. A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos, e o nível de confiança é de 95%.

PISO/ENFERMAGEM

Congresso e empresas de saúde aguardam solução do governo

JOANA CUNHA/FOLHAPRESS

Depois que o STF (Supremo Tribunal Federal) formou maioria ontem para manter suspenso o piso nacional da enfermagem, a avaliação tanto no Congresso quanto no setor privado é a de que a bomba voltou para o colo do governo.

Representantes de empresas de saúde afirmam que será interessante observar qual será o raciocínio político que a campanha de Bolsonaro vai fazer diante do imbróglio. Às vésperas da eleição, o presidente, que sancionou a lei sem fonte de custeio em agosto, agora poderá tentar marcar um gol mostrando que seu governo conseguiu viabilizar o novo piso de R$ 4.750 para os enfermeiros. A outra opção é jogar para frente e tirar o assunto da pauta eleitoral.

A concessão do novo piso é vista como um gesto de Bolsonaro na tentativa de agradar uma categoria que sofreu os efeitos da má gestão da pandemia e chegou a ser alvo de ataques de militantes bolsonaristas em 2020 ao defender o isolamento social e o uso de máscaras.

No entorno do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), a avaliação é a de que a bola está com o ministro da Economia, Paulo Guedes. Pacheco e Guedes já se reuniram nos últimos dias falando sobre a fonte de custeio para bancar o cumprimento da lei, mas um novo encontro deve ser feito para voltar a discutir de onde vai sair o dinheiro.

Pacheco já havia conversado também com o ministro do STF Luís Roberto Barroso, que concedeu no começo deste mês a liminar suspendendo o novo piso salarial. Desde que decidiu pela suspensão do piso, Barroso tem reiterado que a sua decisão tem o objetivo de criar, de forma consensual, a fonte de custeio para o cumprimento da lei.

Entre as possibilidades estão a correção da tabela do SUS, a desoneração da folha de pagamentos do setor e a compensação da dívida dos estados com a União.

Na cúpula do Senado, a expectativa é a de que Guedes se reúna com a equipe econômica e os técnicos da pasta para voltar com uma sugestão de alternativa capaz de assegurar os recursos. A estimativa é que isso aconteça só na próxima semana. Segundo senadores, o Congresso tem interesse pela solução, até porque as leis foram aprovadas lá, mas a bola está com o governo, que precisa achar espaço no orçamento.

Em nota, Rodrigo Pacheco afirma que espera solução em breve. "A posição do STF não sepulta o piso nacional da enfermagem, mas o suspende, algo que o Congresso Nacional evidentemente não desejava. Diante da decisão colegiada do STF, cabe-nos agora apresentar os projetos capazes de garantir a fonte de custeio a estados, municípios, hospitais filantrópicos e privados. Chamarei uma reunião de líderes imediatamente e, até segunda-feira, apresentaremos as soluções possíveis. Se preciso for, faremos sessão deliberativa específica para tratar do tema mesmo em período eleitoral. O assunto continua a ser prioritário e o compromisso do Congresso com os profissionais da enfermagem se mantém firme", escreveu Pacheco.

Diário do Acionista
Tels.: (21) 3556-3030 96865-1628

ESTRADAS

Ecorodovias vence leilão de concessão do Lote Noroeste, em SP, por R$ 1,23 bi

DOUGLAS GAVRAS/FOLHAPRESS

Ecorodovias Concessões e Serviços venceu ontem o leilão de relicitação de duas concessões de rodovias do chamado "Lote Noroeste", ao ofertar uma proposta de R$ 1,236 bilhão pelo lote, com ágio de 16.151,2%, ante a outorga mínima de R$ 7,6 milhões.

Ela concorreu com mais duas interessadas: a Infraestrutura Brasil Holding XXI, que fez um lance de R$ 321,331 milhões pela concessão (ágio de 4.122,89%), e a CCR S.A., tinha proposta de R$ 753,848 milhões (ágio de 9.806,95%).

O contrato de concessão prevê investimentos de R$ 10 bilhões em obras e R$ 3,9 bilhões em operação em 600 quilômetros de vias que atravessam municípios das cidades que ficam nas regiões de São José do Rio Preto, Araraquara, São Carlos e Barretos.

"Sabemos da complexidade do edital e do contrato, mas temos a certeza de que o ativo será capaz de gerar muito valor para nós e a sociedade. Com isso, confirmamos a posição de maior concessionária do Brasil", disse Marcello Guidotti, da Ecorodovias.

"É um lote muito maduro, com histórico de tráfego consolidado e tudo isso foi levado em consideração. Estamos confiantes de que iremos agregar valor ao lote", disse o executivo.

Já o diretor da Artesp (Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte), Milton Persoli, agradeceu ao governador, Rodrigo Garcia (PSDB), pelo avanço no programa de concessões. "Sou testemunha do seu conhecimento técnico em relação ao programa. Fizemos uma série de visitas técnicas e reuniões e o senhor manifestou sempre uma vontade grande que esse leilão tivesse êxito."

O governador de São Paulo, que busca um novo mandato, aproveitou para dizer que o leilão demonstra o sucesso do programa de parcerias e aproveitou para convidar os participantes para leilões futuros, como o do Rodoanel Norte. "Uma das maiores concessões do Brasil foi realizada agora, que vai gerar milhões de empregos. Conseguimos fazer isso com inovações, redução de pedágio e descontos para usuários frequentes."

O lote leiloado na B3, composto por cinco rodovias (SP-310, SP-323, SP-326, SP-333 e SP-351), tinha outorga mínima de R$ 7,6 milhões. Também havia previsão de outorga variável de 8,5% da receita bruta da concessionária vencedora.

O contrato é por um período de 30 anos e inclui o trecho de 158 quilômetros da concessão de rodovias da Tebe (formada por um grupo de empresas de engenharia) e os 442,2 quilômetros da AB Triângulo do Sul (parceria da italiana Atlantia com a Bertin).

Para investimentos, estão previstas duplicações, implantações de acostamento e recuperação de ciclovias. Alguns dos marcos do plano de investimentos incluem a construção de segundas e terceiras pistas ao longo de 222 quilômetros e 45 passarelas de pedestres.

Atualmente, há dez praças de pedágio nos trechos. O projeto inclui a implementação do sistema "free flow", de cobrança de pedágio, que deve substituir progressivamente as praças de pedágio a partir do segundo ano de concessão.

É esperada uma redução de 10% nas tarifas para os usuários e de mais 5% para os veículos que usarem o sistema eletrônico. Também está previsto um desconto progressivo dentro do mês, que aumenta conforme o usuário passa pela mesma praça de pedágio.

Na última segunda-feira, a Usuvias (Associação Brasileira de Usuários de Rodovias sob Concessão) entrou com uma ação civil pública contra o governo do estado e a Artesp, pedindo que os cálculos das tarifas sejam realizados antes da realização do leilão do Lote Noroeste.

Segundo a entidade, os valores de pedágio das duas concessões atuais foram fixados sem o cálculo exigido pela legislação. A associação também critica a concessão de um trecho longo, de 600 quilômetros. "A junção da malha em um único lote favorece a participação de poucos grandes grupos empresariais, cerceando a competitividade", diz nota da entidade.

O Ministério Público de São Paulo chegou a pedir a suspensão do leilão até que os valores aplicados fossem verificados.

Na tarde desta quinta-feira, a juíza Gisela Aguiar Wanderley, da Segunda Vara da Fazenda Pública da Capital, do TJSP, decidiu que não é necessário suspender ou anular a sessão pública. "Todavia, para evitar prejuízo ao erário, com a execução de eventual contrato de concessão com tarifas subfaturadas ou superfaturadas, impõe-se obstar tão somente do ato de homologação da licitação e adjudicação do objeto do certame até a apresentação da planilha cuja exibição ora é determinada."

O período que antecede as eleições provocou mudanças na cobrança de pedágios em São Paulo. Em junho, o governo de São Paulo reservou R$ 400 milhões até o fim do ano para repassar às concessionárias que administram rodovias no estado, compensando o congelamento de aumento das tarifas de pedágio, que seriam reajustadas no último dia 1º de agosto.

O governo havia comunicado que não iria reajustar as tarifas, medida prevista para o início de julho, diante da atual conjuntura econômica do Brasil, especialmente a alta de preços. O governador de São Paulo, Rodrigo Garcia (PSDB), é pré-candidato à reeleição.

Após o anúncio, as concessionárias chegaram a ameaçar ir à Justiça se não houvesse compensação.

"O governo de São Paulo decidiu por não aplicar o reajuste das tarifas de pedágio nas concessões rodoviárias antes das eleições, acrescentando um componente de tensão no ar para essa concorrência", diz Guilherme Naves, sócio da consultoria Radar PPP. "Ao mesmo tempo, foi relativamente ao anunciar os pagamentos governamentais."

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

BANCO DIGITAL

Nubank fecha capital no Brasil e mantém ações nos EUA

O Nubank informou ontem à noite que pretende deixar de ser uma companhia de capital aberto no Brasil para continuar registrada somente na Bolsa de Nova York. Na prática, as BDRs da empresa, sigla em inglês para Recibos Depositários Brasileiros, continuam presentes na B3, a Bolsa de Valores brasileira, mas passam a seguir as regras do mercado americano.

Tecnicamente, o conselho de administração da companhia aprovou o início de um processo de descontinuidade de seu programa de BDRs nível III na B3 para passar para recibos de nível I. O plano do Nubank será submetido à aprovação da B3.

Em linhas gerais, o BDR é um recibo negociado em Bolsa de Valores com lastro em ações listadas no exterior.

A diferença é que os papéis atuais respondem tanto às regras da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), quanto às normas da SEC (Securities and Exchange Commission), órgão regulador federal do mercado americano.

Para o analista Carlos Herrera, estrategista-chefe da Condor Insider, as regras da SEC para controle e acompanhamento da empresa que emite as ações são menos rigorosas do que as brasileiras. "Essa será a principal diferença para o investidor", comentou.

A medida acontece após o cofundador e presidente-executivo do banco digital, David Vélez, ter manifestado insatisfação com a visão de analistas de instituições financeiras no Brasil em relação às ações do Nubank.

Em entrevista à Reuters, na semana passada, Vélez disse que parte dos analistas no Brasil, parece esperar do Nubank rentabilidade maior de forma mais imediata, mas que há etapas a serem percorridas antes que sua tese se confirme.

Das 17 casas de análise que acompanham a ação do Nubank, segundo dados da Refinitiv, três têm recomendação 'underperform', todas elas no Brasil (Itaú BBA, Bradesco e Santander). O BTG Pactual tem recomendação netura.

O anúncio ocorre também na esteira de inovações regulatórias e tecnológicas, que têm facilitado a negociação por investidores de varejo do Brasil diretamente em bolsas estrangeiras.

O QUE MUDA

Uma vez implementada, a operação dará aos donos de BDRs da companhia a opção de receber ações ordinárias classe A negociadas na Bolsa de Nova York, na proporção de 6 BDRs para cada ação, portanto, para optar por essa alternativa o investidor tem que possuir um mínimo de 6 BDRs.

Outra opção será trocar os BDRs de nível III por papéis de nível I, na proporção de um para um. Por fim, os investidores do Nubank na B3 poderão vender seus papéis.

O BDR é um recibo negociado em bolsa com lastro em ações listadas no exterior. No nível III, há a necessidade do registro da empresa junto à CVM e de oferta pública dos ativos, o que não ocorre no nível I.

Em fato relevante, a companhia afirmou que a proposta visa a "maximizar a eficiência e minimizar redundâncias consequentes de uma companhia aberta em mais de uma jurisdição". Além disso, o Nubank disse que a decisão não afeta o compromisso de longo prazo do grupo com o Brasil.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Governo reduz projeção de inflação para 6,3% e vê PIB maior neste ano

NATHALIA GARCIA/FOLHAPRESS

O Ministério da Economia reduziu de 7,2% para 6,3% sua estimativa de inflação para este ano. Para 2023, a projeção se manteve em 4,5%.

Quanto ao crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), a pasta elevou a previsão de alta de 2% para 2,7% em 2022 e manteve a expectativa de avanço de 2,5% no próximo ano, como antecipado pelo jornal *Folha de S.Paulo*.

A revisão do desempenho do PIB é, segundo o chefe da Assessoria Especial de Estudos Econômicos, Rogério Boueri, reflexo da "pujança do mercado de trabalho, com a criação de novos empregos, do crescimento do setor de serviços, que manteve a tendência de crescimento verificada a partir do arrefecimento da pandemia, e do aumento de investimentos".

As projeções divulgadas ontem estão no Boletim Macrofiscal, atualizado bimestralmente pela SPE (Secretaria de Política Econômica). Os dados anteriores haviam sido anunciados pela pasta em julho e são revisados periodicamente.

Após dois meses seguidos de deflação (queda de preços) puxada pela redução das alíquotas de ICMS sobre combustíveis e energia elétrica, o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) acumula alta de 8,73% em 12 meses.

Em agosto, o índice oficial de inflação do país recuou 0,36%, segundo dados divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) na última sexta-feira.

A nova estimativa do governo para a inflação para este ano é inferior ao dado divulgado em março, de 6,55%. A projeção mais baixa em 2022 incorpora o impacto de medidas legislativas aprovadas nos preços de combustíveis, energia elétrica, transportes e telecomunicações.

No fim de junho, o Congresso fixou um teto de 17% a 18% para a cobrança de ICMS sobre esses itens tidos como "essenciais", além de ter aprovado um corte de tributos federais sobre gasolina e etanol.

"A deflação dos últimos meses reflete principalmente a redução dos preços dos itens monitorados, como combustíveis, porém também observamos uma certa estabilização da inflação de serviços e de alimentação no domicílio", afirmou Boueri.

Segundo o chefe da Assessoria Especial de Estudos Econômicos, a revisão para baixo do IPCA "pode ou não" levar a uma redução do teto de gastos projetado para o ano que vem, no valor de R$ 1,8 trilhão, e a decisão dependerá do relator do PLOA (Projeto de Lei Orçamentária Anual) de 2023, encaminhado ao Congresso Nacional em 31 de agosto.

Boueri disse que o cálculo não foi feito pela pasta econômica, mas sugeriu que, em uma "conta de padeiro", a redução do teto que limita o gasto público para o próximo ano ficaria abaixo de R$ 18 bilhões, com o corte da projeção de inflação em menos de 1%.

O secretário de Política Econômica, Pedro Calhman, ressaltou também que a estimativa do governo se encontra abaixo da expectativa dos economistas do setor privado. Segundo o boletim Focus, divulgado pelo Banco Central na última segunda-feira (12), o consenso do mercado para a inflação caiu de 6,61% para 6,4% -a 11ª revisão para baixo consecutiva na pesquisa.

A previsão de 6,3% para o IPCA supera a meta a ser perseguida pelo BC neste ano. O valor fixado pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) para 2022 é de 3,5% -com 1,5 ponto percentual de tolerância para mais ou para menos.

O BC já admite o estouro da meta de inflação pelo segundo ano consecutivo. Quando a projeção se confirmar, o presidente da autoridade monetária, Roberto Campos Neto, deverá escrever uma nova carta ao ministro da Economia explicando as razões para o descumprimento do objetivo.

A partir de 2024, o governo espera convergência da inflação para a meta de 3%.

A estimativa do Ministério da Economia para o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) passou de 7,41% para 6,54%. Esse índice é usado na correção do piso nacional do salário mínimo e de outros benefícios sociais.

ANM

Agência lança nova rodada de oferta de mineração

KARINE MELO/ABRASIL

Com objetivo de regularizar e a formalizar a extração mineral em áreas de conflito, a Agência Nacional de Mineração (ANM) lançou ontem a 6ª rodada de oferta pública que destinará áreas para a lavra garimpeira, nos estados do Amapá, da Bahia, de Mato Grosso, do Pará, de Rondônia e de Roraima. As ofertas públicas têm o apoio do Ministério de Minas e Energia (MME).

"Isso torna possível o trabalho de aproveitamento mineral de acordo com a legislação após a outorga do título pela ANM, o que acontece após a concessão da licença ambiental e de autorizações e anuências necessárias para a sua validade", explicou o diretor-geral da ANM, Victor Hugo Froner Bicca.

Entre os minerais garimpáveis estão ouro, diamante, cassiterita, que podem ser lavrados independentemente de trabalhos prévios de pesquisa. Segundo a pasta, os interessados em participar da concorrência devem se manifestar por meio do Portal SOPLE até 9 de outubro de 2022. "Cada garimpeiro poderá manifestar interesse em apenas uma área de até 50 hectares. Já as cooperativas, que devem ter no mínimo 20 cooperados cada uma, poderão participar em até 25 áreas cuja soma seja de, no máximo, 20 mil hectares. Entre os critérios que priorizarão os que poderão requerer a permissão de lavra garimpeira está a proximidade da sede da cooperativa de garimpeiros com a área em disputa", explicou o ministério em nota.

A outorga do título de permissão de lavra garimpeira tem validade de cinco anos e pode ser renovada. Segundo Bicca, com a regularização da lavra garimpeira nas áreas, a ANM passa a identificar e fiscalizar verdadeiros atores do setor mineral nessas áreas, com CPF, CNPJ, normas técnicas a serem seguidas e planos, enquanto os órgãos ambientais passam fiscalizar o cumprimento dos licenciamentos ambientais, condicionantes, cobrar a recuperação de áreas degradadas e o cumprimento de outros planos e medidas de controle ambiental.

As áreas disponibilizadas para a lavra garimpeira estão totalmente fora de áreas de proteção integral. A seleção é feita a partir de requisitos como ser área desonerada ou decorrente de qualquer forma de extinção do direito minerário, ter presença de alerta de mineração, ocupação histórica ou identificada de extração e formação geológica compatível com a lavra de minerais garimpáveis.

SATÉLITE

Bicca acrescenta que, para garantir a fiscalização efetiva dos empreendimentos que receberão as permissões para lavra garimpeira, a ANM conta com rastreamento via satélite e ferramentas de geoprocessamento, além de monitoramento in loco pelas equipes de suas gerências regionais.

Outro fator que contribui para estimular o cumprimento das obrigações legais, e cuidados com o meio ambiente, é o fato de ser obrigatório para participação na concorrência que as cooperativas estejam registradas junto à Organização das Cooperativas do Brasil (OCB). "O órgão está atento à legitimidade dos processos de gestão, participação e trabalho das cooperativas, além de fornecer orientações técnicas, adequação às práticas de sustentabilidade, além de capacitação para o trabalho no ramo mineral com suas melhores práticas", afirma Bicca.

Até o fim do ano, está prevista a realização da 7ª rodada de disponibilização de áreas para mineração. De setembro de 2020 para cá, foram realizadas cinco rodadas com mais de 16 mil áreas liberadas para o desenvolvimento de projetos minerais nas fases de pesquisa e lavra em todo o país.

RENOVAÇÃO DE LICENÇA

Fundação Técnico Educacional Souza Marques, inscrita no CNPJ 33.775.164/0001-40, torna público que requereu a Secretaria Municipal de Conservação e Meio Ambiente – SCMA, através do processo nº 14/201.519/2009, a renovação de sua Licença Municipal de Operação - LMO Nº 002282/2018, para Estação de Tratamento de Esgoto, situada na Av. Ernani Cardoso, 335 - Cascadura – Rio de Janeiro/RJ.

REQUERIMENTO DE LICENÇA

SENDAS DISTRIBUIDORA S/A, inscrita no CNPJ 06.057.223/0420-95, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação - SMDEIS, através do processo nº EIS-PRO-2022/07938, Licença Municipal de Operação, para Estação de Tratamento de Esgoto, situada na Av. Padre Guilherme Decaminada, 2385, Santa Cruz– Rio de Janeiro/RJ.

REQUERIMENTO DE LICENÇA

SGHN - HIGIENIZACAO TEXTIL E NUTRICAO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ 11.083.162/0006-61, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação - SMDEIS, através do processo nº EIS-PRO-2022/06297, Licença Municipal de Operação, para lavanderia, situada na Rua Bruno Seabra, 101 - Jacarezinho – Rio de Janeiro/RJ.

MAUSER DO BRASIL EMBALAGENS INDUSTRIAIS S.A. - CNPJ Nº 08.246.617/0001-01

Balanço Patrimonial - Valores expressos em milhares de Reais

ATIVO	2021	2020
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	6.377	21.851
Contas a receber de clientes	106.249	46.597
Estoques	58.468	33.391
Tributos a recuperar	1.665	1.687
Outros ativos	3.867	2.825
Total do ativo circulante	176.626	106.351
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Tributos a recuperar	3.293	2.965
Depósitos judiciais e indenizações a receber	2.079	2.382
Impostos diferidos	53.230	-
Total do ativo realizável a longo prazo	58.602	5.347
Ativos de direito de uso	15.819	14.139
Intangível	2.753	3.207
Imobilizado	78.091	70.685
Total do ativo não circulante	155.265	93.378
Total do ativo	331.891	199.729

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	2020
Circulante		
Fornecedores	56.251	40.785
Empréstimos e financiamentos	12.000	7.418
Passivo de arrendamento	4.846	3.924
Salários e encargos sociais	11.167	8.075
Tributos a pagar	8.370	2.139
Provisão para reestruturação	-	150
Outros passivos	2.906	3.512
Total do passivo circulante	95.540	66.003
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	9.772	6.738
Passivo de arrendamento	10.459	9.939
Provisão para contingências	4.810	3.945
Total do passivo não circulante	25.041	20.622
Total do Passivo	120.581	86.625
Patrimônio líquido		
Capital social	97.375	97.375
Reserva legal	19.475	-
Reserva de lucros	94.460	-
Lucros acumulados	-	15.729
Total do patrimônio líquido	211.310	113.104
Total do passivo e patrimônio líquido	331.891	199.729

Demonstração do Resultado do Exercício
Valores expressos em milhares de Reais

	2021	2020
Receita líquida	716.086	379.561
Custo das vendas	(555.407)	(301.517)
Lucro bruto	160.679	78.044
Despesas de vendas	(35.565)	(28.775)
Despesas administrativas	(33.832)	(32.165)
Outras (despesas) receitas operacionais	(1.711)	(1.791)
Lucro antes do resultado financeiro	89.571	15.313
Receitas financeiras	310	472
Despesas financeiras	(13.547)	(6.687)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(1.404)	(2.236)
Resultado financeiro	(14.641)	(8.451)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	74.930	6.862
Imposto de renda e contribuição social correntes	(18.854)	(1.794)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	53.230	-
Lucro líquido do exercício	109.306	5.068

Demonstração do Resultado Abrangente
Valores expressos em milhares de Reais

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	109.306	5.068
Resultado abrangente do exercício	109.306	5.068

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Valores expressos em milhares de Reais

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2020	97.375	-	-	10.661	108.036
Lucro líquido do exercício	-	-	-	5.068	5.068
Em 31 de dezembro de 2020	97.375	-	-	15.729	113.104
Lucro líquido do exercício	-	-	-	109.306	109.306
Dividendos pagos	-	-	-	(11.100)	(11.100)
Reserva legal de exercícios anteriores	-	19.475	-	(19.475)	-
Reserva de lucros	-	-	94.460	(94.460)	-
Em 31 de dezembro de 2021	97.375	19.475	94.460	-	211.310

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Valores expressos em milhares de Reais

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	109.306	5.068
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	20.034	19.646
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	1.352
Provisão para realização de estoques	1.043	(874)
Impostos diferidos	(53.230)	-
Provisão para contingências	2.217	3.057
Reversão de provisão para contingências	(342)	(89)
Juros provisionados no período	3.145	3.170
Variações cambiais não realizadas	20	-
Variações em:		
Contas a receber de clientes	(59.652)	(26.231)
Estoques	(26.120)	(8.475)
Tributos a recuperar	(306)	(748)
Depósitos judiciais e indenizações a receber	303	134
Outros ativos	(1.030)	(266)
Fornecedores	15.446	5.003
Tributos a pagar	25.085	977
Salários e encargos sociais	3.092	259
Contingências (pagamentos)	(1.010)	(2.271)
Provisão para reestruturação	(150)	(1.421)
Outros passivos	(606)	579
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	37.245	(1.130)
Juros pagos	(3.392)	(3.080)
Imposto de renda pago	(18.854)	(1.794)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	14.999	(6.004)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativos de direito de uso, imobilizado e intangível	(28.678)	(12.843)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(28.678)	(12.843)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	(11.100)	-
Recursos provenientes de novos empréstimos bancários	16.788	4.000
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e arrendamentos	(7.483)	(9.685)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(1.795)	(5.685)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(15.474)	(24.532)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	21.851	46.383
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6.377	21.851

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021

1. Informações gerais: A Mauser do Brasil Embalagens Industriais S.A. ("Companhia") com sede em Belford Roxo, estado do Rio de Janeiro, foi constituída em 17 de agosto de 2006 e tem como atividade principal a fabricação e a comercialização, no País, de embalagens industriais, metálicas, plásticas, tambores e quaisquer outras formas de acondicionamento. **2. Resumo das principais políticas contábeis: Demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

EDSON ROSSI - Diretor Presidente
ROBERTO GARCIA GALLEGO - Diretor Industrial
LUIZ FERNANDO BUJALDON CANTERO - Diretor Comercial
EVANDRO DE SOUZA - Diretor Administrativo-Financeiro
BRUNO LUIZ LACERDA FERRAZ - Contador - CRC SP-263655/O-6

INVERNO: Chuvoso o dia e à noite. Manhã Tarde Noite 20º 16º 85% 05:49 17:46

Cardeal Tempesta

Orani João Tempesta, O.Cist
Arcebispo do Rio de Janeiro

Louvai o Senhor que eleva os pobres

Celebramos nesse domingo, o 25º desse Tempo Comum. A liturgia de hoje nos convida a administrarmos com sabedoria os nossos bens, pois, depois, prestaremos contas a Deus. Os nossos bens nunca devem estar acima de Deus, eles não devem ser prioridade em nossa vida, pois os bens materiais passam, mas Deus é eterno.

Estamos no Mês da Bíblia. Que nesse mês de setembro a Palavra de Deus possa ser o nosso maior tesouro. Coloque a Palavra de Deus em destaque na sua casa e que todas as suas ações sejam direcionadas por ela. Sejamos bons administradores dos nossos bens e de nossa vida. Somos convidados a anunciar, aqui na terra, o Reino de Deus.

E para anunciar o Reino de Deus, é preciso desapegar-se dos bens. O Reino de Deus é paz, perdão, amor e misericórdia e deve ser anunciado, sobretudo, aos mais humildes, por isso, quem o anuncia deve ser humilde. O Tempo Comum é voltado, especialmente, para o anúncio do Reino de Deus e iluminado pela esperança na segunda vinda de Cristo. Dessa forma, somos convidados a ir à missa todos os domingos e, após a bênção final, sair para anunciar o Reino de Deus para aqueles que ficaram em casa.

A primeira leitura da missa desse domingo é da profecia de Amós (Am 8, 4-7). O profeta faz um alerta para aquelas pessoas que querem passar por cima dos pobres e humildes só porque são ricas. Um dia Deus pedirá conta de seus bens e por maltratarem os pobres e humildes. Aqueles que hoje são pobres e humildes, um dia poderão ser ricos. Deus não condena quem é rico, o que Deus condena é o mau uso do dinheiro e condena aqueles que querem passar por cima dos outros só porque possuem mais bens.

O alerta do profeta vale para hoje. Não levaremos nada dessa vida, os bens materiais ficam, por isso não se apeguem aos bens, pois eles podem levar à perdição e não à salvação. Deus pode te chamar hoje, e para quem ficará o que acumulaste? Pense nisso.

O Salmo responsorial é o 112 (113). O salmista diz que o Senhor eleva os pobres, e por mais que as outras pessoas consideradas ricas desprezem os pobres, Deus as recompensará e os levará para a glória. Aqueles que são humildes é que agradam a Deus, mesmo que tenha bens, se for humilde será glorificado diante de Deus.

A segunda leitura da missa de hoje é da primeira Carta de São Paulo a Timóteo (1Tm 2, 1-8). Paulo recomenda que se faça orações e súplicas por aqueles que governam as nações e ocupam altos cargos. Essa recomendação de São Paulo vem a calhar para o tempo que vivemos hoje, próximo às eleições. Rezemos por todos os candidatos e aqueles que serão eleitos, que governem com sabedoria e pensem no povo.

Deus quer que todos os homens sejam salvos, e temos um único mediador que intercede por todos, Jesus Cristo Nosso Senhor. Sigamos a recomendação do Apóstolo e rezemos por toda a Humanidade.

O Evangelho desse domingo é de Lucas (Lc 16, 1-13). Jesus fala aos discípulos novamente por meio de parábolas e, hoje, conta a parábola sobre como podemos administrar os nossos bens e usá-los com sabedoria e prudência. Da mesma forma que sabemos administrar os bens terrenos, temos que saber administrar os bens divinos. Não podemos colocar os bens terrenos em primeiro lugar e deixar as coisas de Deus em segundo plano. Com a mesma sabedoria que administramos os bens terrenos, temos que usar dessa sabedoria para administrar os bens celestes.

Com essa parábola, Jesus não quer dizer que temos que roubar ou ser espertos perante os outros, mas ensina que teremos que prestar contas daquilo que gastamos. Isso vale agora para a campanha política que estamos atravessando. O governante tem que usar o dinheiro com prudência e usá-lo a favor da população e não para o seu próprio bem-estar. Depois, esse governante terá que prestar contas desse dinheiro gasto. Isso vale para a nossa relação com Deus: se fizemos algo errado, teremos que prestar contas a Ele sobre o que fizemos.

Jesus recomenda usar o dinheiro injusto para fazer amigos, pois eles nos receberão na morada eterna. Ou seja, devemos usar o dinheiro considerado injusto para fazer o bem e não o mal, pois se administrarmos bem o dinheiro injusto, receberemos a recompensa eterna.

Jesus termina a parábola dizendo que não podemos servir a dois senhores, pois poderá odiar mais a um e amar mais ao outro, ou se apegará mais a um e desprezará o outro. Com isso, Jesus quer dizer que não devemos servir a Deus e ao dinheiro. O dinheiro tem sem grua de importância, mas não devemos fazer do dinheiro mais importante do que a Deus.

Celebremos com alegria esse 25º Domingo do Tempo Comum, trazendo em nosso coração a certeza de que Deus nos ama e que temos que usufruir dos bens com consciência e agradecendo a Deus por eles, pois se o temos, foi Ele quem nos deu. Usemos o dinheiro para o bem, para ajudar o próximo e aqueles que necessitam, para sermos merecedores da vida eterna.

DATAFOLHA

Castro (31%) e Freixo (27%) lideram disputa ao governo

ITALO NOGUEIRA/FOLHAPRESS

O governador Cláudio Castro (PL) e o deputado federal Marcelo Freixo (PSB) se mantêm juntos na liderança das intenções de voto para o Governo do Rio de Janeiro, de acordo com pesquisa divulgada ontem pelo Datafolha.

Castro tem 31% e Freixo atinge 27% da preferência do eleitorado. Os dois estão tecnicamente empatados, já que a margem de erro do levantamento é de três pontos percentuais para mais ou menos –o índice de confiança é de 95%.

O levantamento, contratado pela Folha de S.Paulo e pela TV Globo, foi realizado de terça-feira (13) e ontem e entrevistou 1.202 eleitores no estado. A pesquisa está registrada no TSE sob o número RJ-00509/2022.

Castro manteve o mesmo percentual atingido na última pesquisa, realizada há duas semanas, enquanto Freixo oscilou positivamente um ponto percentual.

O governador mantinha desde abril uma tendência de alta em suas intenções de voto, num movimento alinhado à então melhoria da avaliação de sua gestão. Pela primeira vez, Castro não apresentou alta, ainda que numérica, na aprovação de seu governo.

De acordo com o Datafolha, a aprovação à gestão Castro é de 28%, uma oscilação negativa, dentro da margem de erro, de três pontos percentuais em relação aos 31% de ótimo/bom apresentados no levantamento anterior.

Com o maior tempo de TV entre os candidatos, o governador tem se apresentado ao eleitorado defendendo projetos de sua gestão. Castro se desvincula do ex-governador Wilson Witzel, de quem era vice até substituí-lo após o impeachment, e ressalta que está à frente do estado há apenas dois anos.

Freixo, por sua vez, ainda não conseguiu se aproveitar da liderança do ex-presidente Lula (PT) no estado para melhorar de forma significativa seu desempenho nas pesquisas.

Na simulação de segundo turno, Castro aparece com 43%, contra 41% de Freixo, um empate técnico. A diferença que era de 7 pontos percentuais há duas semanas está agora em 3.

Os eleitores dos dois principais candidatos apresentam taxa de decisão de voto semelhantes. Enquanto 70% dos que optaram pelo governador disseram estar totalmente decididos, 67% dos que escolhem o deputado também afirmam não considerar mudar o voto.

Na simulação de primeiro turno, os dois líderes seguem distantes do ex-prefeito de Niterói Rodrigo Neves (PDT), que registrou 8%. Apoiado pelo prefeito do Rio, Eduardo Paes (PSD), ele ainda não conseguiu melhorar o desempenho após um mês do início da campanha eleitoral.

Rodrigo Neves está em empate técnico com o ex-governador Wilson Witzel (PMB), Cyro Garcia (PSTU) e Eduardo Serra (PCB), que aparecem com 3%. Juliete (UP), Paulo Ganime (Novo) e Luiz Eugênio (PCO) registraram 1% das intenções de voto.

Witzel registrou a candidatura, mas está inelegível devido à punição imposta no processo de impeachment que o afastou definitivamente do cargo em abril de 2021. O TRE-RJ indeferiu seu pedido de registro, mas ele recorreu da decisão ao TSE.

Declararam voto branco ou nulo 14% dos entrevistados, e 8% afirmaram estar indecisos.

Na pesquisa espontânea, em que não é apresentado nenhum cenário ao eleitor, Castro foi citado por 21% dos entrevistados, e Freixo, por 17%. Neves foi mencionado por 3%, Ganime, 1%, e disseram "atual governador", 6%.

As taxas de rejeição se mantiveram estáveis, dentro da margem de erro. Quase metade dos entrevistados (47%) declarou que não votaria de jeito nenhum em Witzel. Freixo tem rejeição de 25%, e Castro, 19%. Depois, aparecem Juliete (15%), Garcia (12%), Luiz Eugênio (11%), Serra e Ganime, ambos com 10%, e Neves, com 9%.

Witzel e Freixo são os candidatos mais conhecidos dos eleitores (80% e 79%, respectivamente), seguido de Castro (74%), Garcia e Neves, ambos com 51%. Os demais são conhecidos por menos do que 34% dos entrevistados.

FRAUDES

Após denúncias e auditoria, Ceperj extingue programas sociais

A Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio (Ceperj) vai extinguir programas sociais e fazer um Termo de Ajustamento de Gestão (TAG) com o Tribunal de Contas do Estado (TCE-RJ), para regularizar a prestação de contas de pagamentos. O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) investiga irregularidades no Ceperj, como acumulação de cargos por agentes públicos, falta de comprovação da prestação de serviços contratados, pagamentos com ordem bancária e pagamentos por serviços em núcleos desativados, além do aumento repentino de despesas no órgão.

Em nota, a Ceperj informou que a Comissão Especial de Auditoria e Transparência, criada pela Secretaria de Estado da Casa Civil para apurar os convênios e contratações da fundação, concluiu o relatório preliminar na quarta-feira. "O documento apresenta medidas de correção da gestão dos programas, levando em conta as decisões judiciais, manifestações do Tribunal de Contas e ainda as recomendações do Ministério Público, para garantir a segurança jurídica das decisões em relação aos projetos e programas analisados", disse o Ceperj.

Entre as ações a serem adotadas está a extinção dos programas Agentes de Trabalho e Renda; Esporte Presente; Casa do Consumidor; Cultura para Todos; Resolve RJ e Junta perto de Você. "As providências administrativas serão realizadas de forma imediata, com a revogação de atos de descentralização de verba e a formalização do distrato dos termos de cooperação, além da instauração do procedimento de prestação de contas final", informou o órgão.

A fundação também vai instaurar processos de tomada de conta para regularizar a situação de núcleos do projeto Esporte Presente sem funcionamento ou desativados e de pessoas que moram em outros estados e não demonstraram ter prestado o serviço contratado. A Ceperj vai redigir um Termo de Ajustamento de Gestão (TAG) para regularizar a gestão e esclarecer as questões apontadas pelo controle externo.

A Secretaria de Estado de Trabalho e Renda terá que apresentar os processos administrativos de prestação de serviços dos agentes de trabalho e renda contratados de janeiro a julho de 2022.

"A Comissão Especial de Auditoria e Transparência vai encaminhar às secretarias e entidades responsáveis pelos projetos todos os casos em que não foram identificadas justificativas que comprovassem a regularidade da acumulação de cargos públicos por colaboradores, para que sejam instaurados procedimentos administrativos disciplinares", informou a fundação. O relatório sugere a antecipação do encerramento dos projetos Cenários da população de rua e/ou vulnerabilidade social do Estado do Rio de Janeiro e Observatório de Coordenação Política do Pacto RJ, após o cumprimento integral dos relatórios e produtos previstos.

"Devido à importância das políticas sociais de atendimento desenvolvidas pelo governo até o momento, e para que o atendimento à população não seja prejudicado, serão realizados estudos para o desenvolvimento de novos projetos, atividades ou programas que tenham finalidade similar aos que estão sendo extintos.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA
MINISTÉRIO DA SAÚDE
GOVERNO FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 81/2022

A Pregoeira Débora Schmutzler Abrahão convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 81/2022 no dia 28/09/2022 às 11h00min. - Objeto: **Aquisição de material médico-hospitalar** (COLCHÃO PNEUMÁTICO EM PVC QUE SUPORTE 130 KG OU SUPERIOR, RESISTENTE AOS PROCESSOS DE DESINFECÇÃO ENTRE PACIENTES, COMPATÍVEL COM CAMA BIPARTIDA, CANTOS ARREDONDADOS, SISTEMA DE PRESSÃO ALTERNADA COM VOLUME E CICLAGEM PROGRAMÁVEL, COM MOTOR, FONTE DE ALIMENTAÇÃO 110V OU 220V; ELETRODO AUTO ADESIVO, DESCARTÁVEL, MULTIFUNCIONAL COMPATÍVEL COM CARDIOVERSOR MARCA ZOLL, ADULTO, PARA PACIENTES ACIMA DE 8 ANOS/25KG, COMPATÍVEL M SERIES; ELETRODO AUTO ADESIVO, DESCARTÁVEL, MULTIFUNCIONAL COMPATÍVEL COM CARDIOVERSOR MARCA ZOLL, PEDIÁTRICO PARA PACIENTES ABAIXO DE 8 ANOS/25KG, COMPATÍVEL M SERIES). Processo nº. 33409.009982/2021-02. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

AKTI MARINE SUPPLY EXPORTADORA S.A.
CNPJ/ME nº 05.870.219/0001-65 - NIRE nº 33.3.0027664-5
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: Ficam os Senhores Acionistas da Akti Marine Supply Exportadora S.A. ("Akti" ou "Companhia") convocados a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 29/09/2022 às 10:30hs, na Rua Sacadura Cabral, nº 51, sala 401, Centro, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20081-262, para deliberarem sobre as seguintes matérias: **(i)** alteração do endereço da sede da Companhia para a Rua Sacadura Cabral, nº 51, sala 403/404, Centro, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20081-262; **(ii)** alteração do art. 7º, caput, do Estatuto Social da Companhia, a fim de estabelecer que a Diretoria será composta por 3 (três) membros, sendo um deles o Diretor-Presidente; **(iii)** reeleição de Diretor; **(iv)** eleição de novos membros para a Diretoria; **(v)** designação do Diretor-Presidente da Companhia; **(vi)** aprovação da operação de emissão privada de debêntures e respectivos termos e condições pela Companhia ("Debêntures"); **(vii)** aprovação da integralização das Debêntures emitidas pela Companhia com créditos detidos por H. Dantas Comércio, Navegação e Indústria Ltda. ("H. Dantas") e Sulnorte Serviços Marítimos Ltda. ("Sulnorte"); **(viii)** aprovação de constituição de adiantamento para futuro aumento de capital com os créditos recebidos pela Companhia em decorrência da integralização das Debêntures pela H. Dantas e pela Sulnorte; e **(ix)** autorização para a Diretoria da Companhia adotar todas e quaisquer medidas e celebrar todos os instrumentos necessários à implementação das deliberações aprovadas pelos Acionistas. Adolfo Acioli do Prado Neto - Diretor.

TRANSMISSORA SERTANEJA DE ELETRICIDADE S.A.
CNPJ/MF: 26.885.182/0001-19 - NIRE: 33.3.00322574
ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: 1. DATA, HORÁRIO E LOCAL: 05/09/22, às 16 horas, na sede social da Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A. ("Companhia"), nesta Cidade e Estado do RJ, na Av. Presidente Wilson n.º 231, sala 1703 – parte e 1704 -parte, Edifício Austregésilo de Athayde, Centro, CEP 20.030-021. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação, em virtude da participação da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. MESA**: Presidente – Daniel Agustín Bilat; Secretário – Leandro da Silva Reis. **4. ORDEM DO DIA**: Deliberar sobre o aumento de capital da Companhia, dentro do valor do capital autorizado, no valor de R$ 30.500.000,00 (trinta milhões e quinhentos mil reais), mediante a emissão de 30.500.000 (trinta milhões e quinhentas mil) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão de R$ 1,00 (um real) cada, e reversão de valores constantes na conta de reserva de lucros a realizar da Companhia ("Aumento de Capital"). **5. DELIBERAÇÕES:** Por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, após debates e discussões, o Conselho de Administração aprovou o Aumento de Capital, em observância ao critério estabelecido no inciso I, do parágrafo 1º do artigo 170 da Lei n.º 6.404/76 e suas alterações, conforme Boletins de Subscrição anexos à presente (Anexos I-A, I-B e I-C). Em decorrência do Aumento de Capital, o capital social da Companhia passa de R$ 176.001.000,00 (cento e setenta e seis milhões e mil reais) e 176.001.000 (cento e setenta e seis milhões e um mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, para R$ 206.501.000,00 (duzentos e seis milhões, quinhentos e um mil reais) e 206.501.000 (duzentos e seis milhões, quinhentos e uma mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Fica a Diretoria da Companhia autorizada a praticar todos os atos necessários para formalização da deliberação acima e registro e publicação da presente nos órgãos próprios. **6. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA**: Nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata lavrada, lida, aprovada e assinada por todos os participantes. A presente é cópia fiel da ata lavrada no livro da Companhia. RJ, 05/09/22. Mesa: Daniel Agustín Bilat - **Presidente;** Leandro da Silva Reis - **Secretário.** Jucerja nº 5086763 em 13/09/22.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA
MINISTÉRIO DA SAÚDE
GOVERNO FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99/2022

O Pregoeiro Luís Paulo Lopes Venâncio convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 99/2022 no dia 28/09/2022 às 14h00min. - Objeto: Contratação de SERVIÇO CONTINUADO DE MANIPULAÇÃO DE NUTRIÇÃO PARENTERAL TOTAL PEDIÁTRICA E NEONATAL (NUTRIÇÃO PARENTERAL PARA USO NEONATAL E PEDIÁTRICO MANIPULADA CONTENDO UM OU MAIS DOS COMPONENTES DESCRITOS A SEGUIR, COMPONDO FÓRMULA EM COMBINAÇÕES DE ACORDO COM A NECESSIDADE. COMPONENTES: AMINOÁCIDOS, EMULSÃO LIPÍDICA, GLICOSE, VITAMINAS E OLIGOELEMENTOS CONFORME A NECESSIDADE PARA CADA FAIXA ETÁRIA, HEPARINA, GLUTAMINA, INSULINA E ELETRÓLITOS: ACETATO DE SÓDIO, CLORETO DE SÓDIO, CLORETO DE POTÁSSIO, GLICONATO DE CÁLCIO OU CÁLCIO ORGÂNICO, FOSFATO DE POTÁSSIO, FÓSFORO ORGÂNICO (GLICEROFOSFATO DE SÓDIO), SULFATO DE MAGNÉSIO E SULFATO DE ZINCO) Processo nº. 33409.002157/2022-50. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

DATAFOLHA

Em cenário estável, Lula tem 45% contra 33% de Bolsonaro

IGOR GIELOW/FOLHAPRESS

A pouco mais de duas semanas do primeiro turno da eleição presidencial de 2022, a disputa segue estável com Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sustentando uma vantagem de 12 pontos sobre Jair Bolsonaro (PL).

O petista tem os mesmos 45% das intenções de voto marcados há uma semana, e o atual presidente oscilou negativamente de 34% para 33%. Em terceiro lugar, empatados tecnicamente, vêm Ciro Gomes (PDT), com 8%, e Simone Tebet (MDB), com 5%. Foi o que aferiu a nova pesquisa do Datafolha, realizada de terça-feira a ontem.

A fotografia é especialmente ruim para Bolsonaro, que nas últimas semanas abriu todas as caixas de ferramentas à disposição para tentar aproximar-se de Lula.

O presidente interveio na Petrobras e tem patrocinado baixas consecutivas de preço de combustíveis, elaborou o Auxílio Brasil de R$ 600 para ser pago a famílias mais pobres justamente na campanha e apelou à sua base mais radical com os atos do 7 de Setembro.

Agora, ensaia uma inconvincente ofensiva moderada após um deputado bolsonarista ter agredido verbalmente a jornalista Vera Magalhães (TV Cultura) ao fim do debate dos candidatos ao Governo de São Paulo, na terça-feira (13). Sua rejeição, já alta, oscilou para cima e afetou o viés da oscilação.

Para Lula, o cenário é mais positivo, mas não tanto quanto sua campanha gostaria. Nos últimos dias, o ex-presidente passou a falar abertamente em querer vencer no primeiro turno, buscando o voto de eleitores de Ciro e de Tebet.

Os terceiros colocados seguem numa rota de estagnação, com o pedetista oscilando um ponto para cima sobre a rodada anterior e a senadora, ficando na mesma, dificultando o plano do petista. Hoje, Lula tem os mesmos 48% dos votos válidos da semana passada, que excluem brancos e nulos e são a régua final da Justiça Eleitoral, muito próximo dos 50% mais um voto necessários para fechar o jogo no primeiro turno. Mas esse número já foi de 54%, em maio.

Nos grandes segmentos do eleitorado, o quadro é de estabilidade. Lula mantém sua vantagem geral pela ampla dianteira que tem entre os mais pobres: 49% do eleitorado entrevistado é composto daqueles que ganham até 2 salários mínimos, e nesse grupo o petista tem 52%, ante 27% do presidente. Entre quem recebe o Auxílio Brasil, o ex-presidente bate o atual por 57% a 26%.

O estrato daqueles que ganham de 2 a 5 mínimos (34% dos eleitores), grosseiramente podendo ser chamado de classe média baixa pelos padrões brasileiros, ainda aponta um empate técnico: Bolsonaro pontua 40% e Lula, 39%.

As mulheres também seguem fazendo grande diferença em favor do ex-presidente, reflexo da grande rejeição que Bolsonaro tem entre elas devido a seu histórico de tiradas machistas e a percepção, atestada em pesquisas qualitativas, de uma imagem pouco empática. Elas são 52% da amostra do Datafolha.

Entre elas, Lula segue com 46% e Bolsonaro, com 29%. O crescimento que o presidente havia registrado neste grupo, fruto da exposição maior de sua mulher, Michelle, parece ter ficado restrito mesmo aos nacos evangélicos e de renda intermediária do voto feminino. Entre os homens, o presidente caiu sete pontos e agora lidera por 44% a 37%.

ELEIÇÕES

Lula: movimentos de esquerda se mobilizam por vitória no 1º turno

FÁBIO ZANINI/FOLHAPRESS

Movimentos sociais de esquerda convocaram, em reunião realizada na quarta-feira, um esforço final de mobilização antes do primeiro turno, para assegurar a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sem a necessidade de uma segunda etapa de votação.

"Derrotar o atual governo será um avanço para toda a nação brasileira e um exemplo positivo do nosso país para a humanidade. A eleição de Lula no primeiro turno é um passo para alcançarmos nossa missão histórica", diz nota, subscrita por Central de Movimentos Populares, Coletivo Nacional dos Eletricitários, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Federação Única dos Petroleiros, Movimento dos Atingidos por Barragens, Movimento Camponês Popular, Movimento dos Pequenos Agricultores e União Nacional por Moradia Popular.

Os movimentos formaram na atual campanha as Brigadas de Agitação e Propaganda Lula Presidente, e dizem estar presentes em 150 cidades e reunir cerca de 20 mil militantes.

As entidades dizem ser fundamental a mobilização nas ruas e nas redes sociais. Entre os objetivos descritos como mais importantes para o futuro governo estão o combate à fome e à desigualdade racial.

A nota menciona ainda a revelação de que a família do presidente Jair Bolsonaro comprou imóveis em dinheiro vivo.

"É preciso também denunciar o atual governo, após a revelação do escândalo de corrupção na compra de mansões pela família Bolsonaro com dinheiro vivo. Para sermos vitoriosos é fundamental, nesta reta final, imprimir um caráter de massividade à campanha, participando dos comícios com a presença de Lula", afirma.

Lula amplia vantagem em SP e RJ; Bolsonaro diminui em Minas Gerais

IGOR GIELOW/FOLHAPRESS

Os líderes da corrida presidencial de outubro, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Jair Bolsonaro (PL), viram as peças de suas intenções de voto se movimentarem no principal tabuleiro da disputa, a populosa região Sudeste.

Ela concentra 43% do eleitorado do país e tem em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro 3 dos 4 maiores cestos de votos em jogo –o quarto é a Bahia. Em terras paulistas e fluminenses, Lula viu sua vantagem aumentar sobre o presidente, que por sua vez ganhou terreno entre os mineiros.

É o que aferiu a nova pesquisa do Datafolha, feita da terça-fiera (13) à esta quinta-feira (15).

A maior mudança ocorreu em Minas, onde o governador Romeu Zema (Novo) já foi um grande aliado de Bolsonaro, mas descolou-se um tanto nesta campanha que lidera com folga sobre Alexandre Kalil (PSD). O atual titular tem 53%, ante 25% do ex-prefeito de Belo Horizonte –a margem de erro ali é de três pontos para mais ou menos.

Lá, Lula caiu de 47% das intenções de voto para 43% do levantamento feito pelo instituto há duas semanas. Bolsonaro, por sua vez, oscilou positivamente de 30% para 33%, reduzindo assim de 17 para 10 pontos a diferença entre os dois. Ciro Gomes (PDT) manteve os 8% que tinha, assim como Simone Tebet (MDB) ficou com 4% anteriores.

No maior colégio eleitoral do país, São Paulo, o petista oscilou positivamente de 40% para 43%, enquanto o presidente foi de 35% para 33%. Com isso, Lula tem dez pontos de vantagem sobre Bolsonaro. Ciro e Tebet seguiram no mesmo patamar, com 9% e 7%, respectivamente.

No estado, esse desempenho de Bolsonaro se reflete na estabilidade de seu afilhado na disputa local, Tarcísio de Freitas (Republicanos), que oscilou de 21% para 22%, sendo alcançado na margem de erro de dois pontos pelo governador Rodrigo Garcia (PSDB), com 19%. O líder segue sendo Fernando Haddad (PT), que acompanhou o seu padrinho Lula e oscilou para cima, embora menos: de 35% para 36%.

Já no Rio de Janeiro, Lula foi de 42% para 44%, na margem, e Bolsonaro estacionou em 36%. Ciro oscilou de 8% para 6% e Tebet manteve seus 4%.

BOLSONARISMO

Roger Waters e Noam Chomsky alertam para risco de golpe no Brasil

MÔNICA BERGAMO/FOLHAPRESS

Personalidades como o músico Roger Waters, o ator Danny Glover, a prefeita de Paris, Anne Hidalgo, e o filósofo Noam Chomsky estão entre os mais de cem signatários de um manifesto que reivindica a criação de "um poderoso movimento de solidariedade internacional" em defesa da democracia no Brasil.

O documento afirma que o presidente Jair Bolsonaro (PL) cria condições para desacreditar o processo eleitoral e prepara seus apoiadores para a violência política e até para uma insurreição em caso de derrota no pleito deste ano.

"Nenhum golpe de Estado jamais foi tão anunciado", alerta o manifesto. "A democracia no Brasil hoje precisa do apoio e da vigilância do mundo. Que a Constituição e o sufrágio popular sejam respeitados é nossa responsabilidade comum", diz ainda. Articulado pelo Washington Brazil Office (WBO), think tank brasileiro e apartidário sediado na capital dos Estados Unidos, o texto será lido em um evento na PUC (Pontifícia Universidade Católica) de São Paulo no dia 22 deste mês.

Na ocasião, haverá uma cerimônia em memória aos 45 anos do episódio que ficou conhecido como a invasão da PUC. A ofensiva, ocorrida em 1977 sob a ditadura militar (1964-1985), resultou na prisão de centenas de estudantes. Intitulado "A solidariedade internacional não é uma palavra vazia", o documento ainda pede que as Forças Armadas não interfiram no processo eleitoral e que as ameaças e violências contra candidatos e seus apoiadores sejam condenadas. Na PUC, sua leitura será feita pelo historiador americano e presidente do conselho de diretores do WBO, James Green.

"A solidez da democracia brasileira e o respeito ao Estado de Direito, aos direitos humanos, ao meio ambiente, aos direitos dos povos indígenas e de outros grupos marginalizados são questões que dizem respeito a todos e, como tal, são objeto de nossa legítima atenção e solidariedade", afirma o texto. "Não podemos permanecer meros espectadores."

A presidente da entidade argentina Avós da Praça de Maio, Estela de Carlotto, o filósofo Michael Lowy e o ex-vice-presidente da Espanha Pablo Iglesias também endossam a iniciativa, que receberá novas adesões.

Além do WBO, participaram de sua idealização a US Network for Democracy in Brazil, a Common Action Forum, a Rede Europeia pela Democracia no Brasil e o Coletivo Passarinho.

Lula consegue reduzir vantagem de Bolsonaro entre eleitores evangélicos

JOELMIR TAVARES/FOLHAPRESS

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) está atrás de Jair Bolsonaro (PL) entre eleitores evangélicos, mas reduziu a vantagem do presidente dentro desse grupo entre a pesquisa Datafolha da semana passada e a divulgada ontem.

A diferença, que era de 23 pontos, foi para 17. Lula marca 32% de intenções de voto dentro desse segmento (que compõe 27% da amostra), ante 49% do rival. Na rodada anterior, os índices eram de, respectivamente, 28% e 51%. A margem de erro nesse segmento é de 4 pontos para mais ou para menos.

Lula e Bolsonaro têm na média do eleitorado uma diferença de 12 pontos no índice de intenção de voto, mas registram intervalos bem distintos em vertentes específicas da população, como é o caso dos fiéis evangélicos, da camada mais pobre e das mulheres.

O petista, que marca 45% no primeiro turno e lidera a corrida ao Planalto, vê sua vantagem sobre o rival se ampliar ou diminuir dentro de grupos específicos. Em outros casos, o atual presidente, que pontua 33%, abre dianteira sobre o ex-mandatário e chega a encabeçar as preferências em alguns estratos.

O eleitorado evangélico é um dos mais disputados nesta eleição, e até aqui tem caminhado com maior obstinação rumo à candidatura de Bolsonaro, que explora sua ligação com líderes do setor e o fato de a primeira-dama, Michelle Bolsonaro, ser evangélica. Ela participa ativamente da campanha.

Lula mantém ampla vantagem dentro do grupo de eleitores com renda familiar mensal de até dois salários mínimos, que corresponde a 49% da amostra da pesquisa. O petista, no entanto, viu sua diferença para Bolsonaro dentro dessa faixa recuar entre o levantamento da semana passada e o atual.

Entre os eleitores mais pobres, Lula alcança 52% (eram 54% na pesquisa anterior). Bolsonaro registra 27% (eram 26%). Nesse recorte por renda, a margem de erro é de 3 pontos percentuais, para mais ou para menos.

Lula atinge 54% no segundo turno, enquanto Bolsonaro sobe para 38%

IGOR GIELOW/FOLHAPRESS

A distância entre Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Jair Bolsonaro (PL) na simulação feita pelo Datafolha para um eventual segundo turno na eleição presidencial deste ano se manteve similar à do levantamento anterior do instituto, feito há uma semana.

Naquela rodada, o ex-presidente tinha 53% e Bolsonaro, 39%. Agora, o placar é de 54% a 38% para o petista, dentro da margem de erro da nova pesquisa, feita de terça (13) a esta quinta-feira (15), de dois pontos percentuais.

Com o afunilamento ao longo da campanha de primeiro turno da disputa entre os dois líderes, cresce a importância do destino do voto dos terceiros colocados na disputa, Ciro Gomes (PDT) e Simone Tebet (MDB).

Segundo o Datafolha, 51% dos eleitores do pedetista dizem votar em Lula num segundo turno contra Bolsonaro, e 24% afirmam apoiar o atual presidente. Não votam em nenhum dos dois 24%.

Já entre apoiadores da senadora pelo Mato Grosso do Sul, 40% afirmam que vão com o petista e 24%, com o presidente numa segunda rodada. Dizem não votar em ninguém 33%.

Na última semana, recrudesceu a campanha do candidato petista para tentar matar o jogo no primeiro turno, o que implica ter 50% mais um dos votos válidos ao menos. Os válidos são aqueles incluídos numa conta em que brancos e nulos são excluídos, utilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral na contagem da eleição.

Isso tem levado a uma revolta, particularmente de Ciro, que elevou o tom contra Lula, indispondo-se assim com alguns de seus correligionários. Antes enrustido, o voto útil agora é pregado pelo presidenciável petista abertamente.

A dianteira de Lula, ainda que estável, segue sendo a menor da série histórica iniciada em maio de 2021, quando ele voltou a ser incluído na corrida eleitoral após ter as condenações judiciais derrubadas pelo Supremo Tribunal Federal. Em dezembro passado, o placar chegou a 50% a 30%.

PÓS-GRADUAÇÃO

Cientistas criticam acordo entre Capes e MPF

SAMUEL FERNANDES/FOLHAPRESS

A SBPC (Sociedade Brasileira para Progresso da Ciência) publicou na quarta-feira uma nota em que critica o acordo firmado entre a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e o MPF (Ministério Público Federal).

O acordo diz respeito à avaliação quadrienal dos anos de 2017 a 2020 feita pela Capes. Essa avaliação é realizada para indicar as notas dos programas de pós-graduação do Brasil. Por exemplo, é com base nela que um programa pode deixar de ter bolsas disponíveis para estudantes ou até mesmo ser descredenciado. A decisão é criticada pela SBPC por causa de uma passagem que permite aos programas de pós-graduação utilizarem a nota da avaliação quadrienal anterior, dos anos de 2013 a 2016, caso tenham sua nota rebaixada na mais recente classificação.

O processo avaliativo é resultado de informações fornecidas pelos programas de mestrado e doutorado. A partir de então, são feitas análises desses dados por comissões de diferentes áreas do conhecimento e ainda ocorrem deliberações por parte de um conselho técnico da Capes.

Até então, a avaliação do quadriênio de 2017 a 2020 se encontrava em um imbróglio jurídico. Uma decisão da procuradoria do Rio de Janeiro impediu que a Capes publicasse os resultados.

INVERNO: Chuva pela manhã. À tarde e à noite pode garoar. Manhã Tarde Noite 17º 13º 85% 06:03 18:01

VERA MAGALHÃES

Advogados de jornalista pedem inelegibilidade de Douglas Garcia

JULIANNA BRAGA/FOLHAPRESS

Os advogados da jornalista Vera Magalhães pediram à Procuradoria Regional Eleitoral de São Paulo (PRE-SP) para tornar inelegível o deputado estadual e candidato a federal Douglas Garcia (Republicanos).

Na última terça-feira, o parlamentar agrediu verbalmente a jornalista após o debate entre candidatos ao governo estadual organizado pela Folha de S.Paulo em parceria com UOL e TV Cultura.

A defesa pede a abertura de uma AIJE (Ação de Investigação Judicial Eleitoral) por uso indevido de veículos ou meios de comunicação social em benefício de candidato.

"É preciso também destacar que se entende que o deputado, na situação em discussão, utilizou os meios de comunicação de maneira indevida: basta observar a enorme repercussão que o episódio teve nas redes sociais e o fato de que toda a conversa entre ele e Vera foi filmada com o intuito de publicação nas redes para evidente constrangimento que não pode ser aceito em num processo eleitoral sadio", justificam.

A manifestação se deu na notícia de fato encaminhada à PRE-SP a pedido do presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Alexandre de Moraes.

Em um despacho assinado nesta quarta-feira (14), Moraes destacou a gravidade do incidente. Em sessão plenária nesta quinta (15), declarou que o ataque foi "totalmente fora dos padrões de civilidade."

Douglas Garcia recebeu R$ 700 mil de fundo eleitoral

FÁBIO ZANINI/FOLHAPRESS

O deputado estadual Douglas Garcia, que interpelou de forma agressiva a jornalista Vera Magalhães, recebeu R$ 700 mil de fundo eleitoral de seu partido, o Republicanos. Mesmo após o episódio, ele é uma das principais apostas da legenda para obter um mandato de deputado federal.

Garcia foi um dos mais contemplados com recursos do fundo entre 71 candidatos do Republicanos em São Paulo para a Câmara dos Deputados. Recebeu menos apenas do que os atuais parlamentares que buscam a reeleição.

O Republicanos procurou se distanciar da agressão contra Vera, e pediu a Garcia que se explique sobre o caso. Mas não há risco, por ora, de que sua candidatura seja anulada pelo partido. Ao contrário, há uma avaliação de que a exposição que obteve poderá lhe dar mais votos.

JUSTIÇA ELEITORAL

Mulher de Moro poderá concorrer por São Paulo

MÔNICA BERGAMO/FOLHAPRESS

O Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP) determinou ontem que a advogada Rosangela Moro (União Brasil), mulher do candidato e ex-juiz federal Sergio Moro (União Brasil), poderá concorrer à Câmara dos Deputados por São Paulo.

O caso teve relatoria do juiz Afonso Celso da Silva. O magistrado considerou que a advogada comprovou seu vínculo com a capital paulista por meio de atividades profissionais. Seu voto foi acompanhado por unanimidade em sessão plenária da corte. A defesa de Rosangela, feita pelo advogado Gustavo Guedes, apresentou notas fiscais de serviços de advocacia que têm sido prestados por ela em São Paulo há mais de cinco anos. A comprovação foi acolhida pelo retor.

"Se esses vínculos são suficientes ou não para que a candidata receba voto dos eleitores bandeirantes, me parece que não é questão afeta ao registro de candidatura, mas à propaganda eleitoral e à opção do eleitor na hora do voto", afirmou o juiz Afonso Celso da Silva.

Segundo o relator, não coube à decisão discutir o acerto ou desacerto do juiz que referendou a transferência do domicílio eleitoral da candidata a deputada federal. "Ela pretende a transferência eleitoral alegando vínculo profissional com o estado de São Paulo, e este vinculo, ao meu ver, está comprovado com as notas fiscais", disse Silva.

Rosangela disputa neste ano a sua primeira eleição. Em junho deste ano, seu marido foi impedido de se lançar candidato por São Paulo após decisão da corte eleitoral. Moro hoje concorre ao Senado pelo Paraná. O relator da ação que impugnou a transferência de domicílio eleitoral do ex-ministro da Justiça afirmou nesta quinta-feira que seu caso e o de Rosângela são diferentes. "Claramente a candidata demonstrou que tem vínculo profissional com a cidade, e o eleitor que deve decidir ao final. São casos totalmente diferentes, e aqui se provou esse vínculo, além do fato de não ter havido qualquer impugnação na transferência", afirmou o juiz Mauricio Fiorito. A ação que pedia a impugnação da candidatura de Rosangela Moro foi apresentada ao TRE pelo deputado federal Alexandre Padilha (PT-SP), que busca a reeleição e foi responsável pela discussão que levou à impugnação da transferência de domicílio eleitoral de Moro. Segundo o parlamentar, a advogada não poderia se candidatar pelo estado por não morar nele nem apresentar vínculos consistentes.

Padilha afirmou que o único fato que ligaria Rosangela a São Paulo era um contrato de aluguel de um imóvel na capital paulista, que teria sido firmado por ela no final de março deste ano e previa seu encerramento em novembro de 2022.

Ao defender a sua cliente nesta quinta , o advogado Gustavo Guedes sustentou que o prazo para requerer o indeferimento da transferência de domicílio eleitoral não foi respeitado pelos detratores de Rosângela Moro. "O PT e o Alexandre Padilha impugnaram apenas a transferência do domicílio do Moro. O PT tomou conhecimento das transferências e escolheu ou esqueceu [não pedir a impugnação de Rosangela]", disse Guedes. O começo formal da trajetória política do casal Moro começou pouco após as eleições de 2018, quando o ex-juiz da Lava Jato aceitou o convite para ser ministro da Justiça de Jair Bolsonaro. Após romper com o presidente, em abril de 2020, Moro ficou um tempo no exterior trabalhando na consultoria privada Alvarez & Marsal.

UCRÂNIA

Rússia traça linha vermelha para os EUA na guerra

IGOR GIELOW/FOLHAPRESS

A Rússia afirmou ontem que os Estados Unidos irão cruzar uma linha vermelha e serem considerados parte do conflito na Ucrânia se fornecerem mísseis de longo alcance para as forças de Kiev.

A ameaça foi feita pela porta-voz do Ministério das Relações Exteriores, Maria Zakharova, ao falar sobre a especulação de que os americanos possam fornecer mísseis táticos ATACMS, com alcance de até 300 km, para os ucranianos.

Essas armas podem ser empregadas pelos 16 lançadores Himars já entregues pelos EUA a Kiev, que oficialmente só usam a munição de alta precisão GMLRS -foguetes guiados por GPS que atingem alvos a até 80 km.

"Se Washington decidir fornecer mísseis de maior alcance para Kiev, então estará cruzando uma linha vermelha e será parte direta do conflito. A Rússia tem o direito de defender seu território", afirmou Zakharova.

O tom não é novo: Zakharova e seu chefe, o chanceler Serguei Lavrov, já haviam acusado os EUA de se envolverem diretamente no conflito devido ao enorme influxo de material bélico e dados de inteligência para a Ucrânia. Mas o momento atual e o estabelecimento da tal linha vermelha dão dramaticidade à fala.

A Rússia está vivendo seu momento de maior dificuldade na guerra iniciada há mais de seis meses, com o avançou recente da Ucrânia, que retomou áreas da província de Kharkiv (nordeste do país). A contraofensiva pegou as forças de Moscou de surpresa, mas a situação parece mais estabilizada na frente agora.

O uso do termo linha vermelha é complexo, pois expõe o acusador ao ridículo caso tal linha seja ultrapassada –e, no caso, a Rússia teria de declarar guerra aos EUA, o que equivaleria a um namoro com o apocalipse nuclear.

Nos anos 2010, o americano Barack Obama passou por isso ao estabelecer linhas vermelhas para o regime sírio: se houvesse ataques químicos na guerra civil do país, os EUA iriam intervir. Tais bombardeios ocorreram repetidamente, e o presidente não fez nada decisivo.

Até aqui, os EUA já empenharam US$ 15 bilhões (R$ 76 bilhões) em armas para Kiev, quase quatro vezes o orçamento militar anual do país no pré-guerra. Houve um incremento: inicialmente eram mísseis portáteis antitanque, úteis para conter o ataque inicial russo, mas hoje são lançadores de foguetes, artilharia e até sistemas antiaéreos.

Nesta semana, Kiev apresentou um plano para virar uma verdadeira potência militar, visando conter os russos: quer ser armada por décadas pelo Ocidente e estabelecer pactos de assistência mútua bilaterais, mesmo sem entrar na Otan (aliança militar ocidental). Moscou viu na ambiciosa proposta o "prólogo da Terceira Guerra Mundial".

Por óbvio, isso dá o caráter de guerra por procuração que Moscou acusa o Ocidente de fazer, mas sempre houve limites: aviões de combate não foram enviados, nem sistemas de longa distância que pudessem atingir o território russo.

No mês passado, uma base aérea da Frota do Mar Negro na Crimeia foi atingida por explosões, que dizimaram talvez metade dos 24 caças e aviões de ataque ali sediados. Imagens de satélite sugeriram um ataque com mísseis, embora eles não tenham sido vistos e a região era bastante populosa.

Uma suspeita recaiu sobre os ATACMS, o que Kiev não confirmou nem negou. Com a retomada de quase todo o território de Kharkiv, os russos podem temer ataques à sua região vizinha de Belgorodo, algo que só ocorreu na forma de envio de drones e sabotadores, para evitar uma escalada local.

Também nesta quinta, o governo da cidade de Krivii Rih disse que conseguiu conter o aumento do nível de rio da região após o estouro de barragens por um ataque com mísseis de cruzeiro feitos pela Rússia, como parte das ações de contenção após o sucesso inicial da tropa de Kiev no nordeste.

Xi reafirma aliança com Putin, mas deixa palavras duras para o russo

IGOR GIELOW/FOLHAPRESS

Como era previsto, China e Rússia renovaram sua aliança contra o Ocidente liderado pelos Estados Unidos durante o primeiro encontro entre os líderes Xi Jinping e Vladimir Putin desde que o russo invadiu a Ucrânia, 20 dias após a cúpula de 4 de fevereiro que formalizou a entrada de Moscou na Guerra Fria 2.0 entre Pequim e Washington.

De forma significativa, foi o pressionado Putin quem deu nome aos bois na parte aberta do encontro: agradeceu a "posição balanceada dos nossos amigos chineses quando o assunto é a crise na Ucrânia e entendemos suas questões e preocupações sobre o tema".

O russo também repetiu o que já havia dito após a visita da presidente da Câmara dos Representantes dos EUA, Nancy Pelosi, a Taiwan. Putin disse que os EUA provocam Pequim e que a Rússia apoia o princípio de "uma só China" -ou seja, que a ilha tem de ser absorvida pela ditadura continental.

Afirmou que as Marinhas dos dois países deverão aprofundar sua coordenação no Pacífico, como já vêm fazendo em oposição às articulações dos EUA com aliados como Japão e Austrália. Nenhuma palavra na frente de câmeras sobre o segundo calo atual de Putin, o renovado conflito entre sua aliada Armênia e o Azerbaijão, apoiado pela ambígua Turquia, que ameaça outra fronteira estratégica russa.

Xi, claramente satisfeito, respondeu tocando música para Putin. "A China está disposta a fazer esforços com a Rússia para assumir sua responsabilidade de grandes potências, e assumir o papel de guia para injetar estabilidade e energia positiva em um mundo caótico", afirmou.

Música, mas com acordes meticulosamente escolhidos. Isso havia ocorrido há duas semanas, quando Putin encontrou-se com o número 3 do regime chinês, Li Zhanshu, em Vladivostok. O político falou em "ajuda coordenada" da China aos russos na guerra, só para ver esse trecho da fala omitido do comunicado da chancelaria de Pequim.

Tal cuidado expressa o dilema de Xi, que de todo modo tem aberto uma linha de oxigênio econômico ao aumentar as importações energéticas dos russos. Ele pode ter vantagens econômicas com os hidrocarbonetos abundantes e mais baratos que Putin oferta, já que o mercado europeu está se fechando devido à guerra. Além disso, os russos têm o maior arsenal nuclear do mundo.

Mas o prolongamento da guerra, que agora expõe Putin a críticas devido à contraofensiva ucraniana em Kharkiv, dificulta a vida do chinês, que depende de sua relação com o Ocidente. Prestes a cristalizar seu poder pessoal com um inaudito terceiro mandato em outubro, Xi tem uma crise econômica enorme para lidar, cortesia do solavanco de seu mercado imobiliário e as travas dos lockdowns de sua política de Covid zero.

Assim, medir as palavras públicas e deixar os tambores da guerra nas mãos que já está afundado no conflito é o equilíbrio possível. Naturalmente, ainda há de transparecer algum detalhe do que foi falado a portas fechadas.

A reunião ocorreu às margens do encontro da Organização de Cooperação de Xangai, uma entidade criada em 2001 para debater interesses mútuos na Eurásia –nesta reunião, no Uzbequistão, outro adversário dos EUA, o Irã, anunciou que será o nono membro pleno do grupo.

O local do encontro, a mítica Samarcanda que marcava ponto central da antiga Rota da Seda entre a China e o Ocidente, foi palco simbólico das pretensões de Xi. Sua Iniciativa Cinturão e Rota é o maior projeto multinacional de infraestrutura do mundo, apesar de ter perdido o ímpeto inicial.

E Pequim busca maior interlocução e influência na Ásia Central, um território geopolítico que costumava ser russo, pela herança soviética. Com uma economia dez vezes maior do que a russa, tem musculatura para tal, mas o faz com jeitinho: Putin e Xi se reuniram com o líder da Mongólia para anunciar planos de projetos energéticos conjuntos, com o russo enaltecendo a união com a China para a segurança global.

REINO UNIDO

Trabalhadores de ex-colônias não se juntam ao luto por Elizabeth II

IVAN FINOTTI/FOLHAPRESS

Exatamente uma semana depois da morte da rainha Elizabeth II, Londres completa ontem o primeiro dia completo de homenagens do público em geral para a soberana, com o caixão no Palácio de Westminster sendo visitado por milhares de pessoas.

Como era de se esperar, as demonstrações de amor e respeito à rainha podem ser vistas por todas as partes da capital - notadamente nos castelos e residências oficiais da monarquia, repletas de flores e lembranças. Mas é claro que nem todos os britânicos sentem o mesmo, em especial aqueles da classe trabalhadora cujas famílias saíram de colônias ou ex-colônias britânicas e se mudaram para o Reino Unido para fazer a vida.

"Eu não odeio ela, mas... Quero dizer, não desgostava dela. Mas o império fez muita coisa ruim no mundo e em Bangladesh", disse à reportagem o motorista de aplicativo Abu Zubair, cidadão britânico com pais que chegaram a Londres em 1985.

O paquistanês Asad Ullah, que tem a mesma profissão de Zubair, afirma que a rainha dividiu seu país. "Ela está morta, como todo mundo vai estar. Assim como sinto com todo mundo, é triste. Mas não mais do que isso." Ullah, 36, está há 20 anos em Londres e diz que a situação em seu país é de atraso e egoísmo entre as pessoas, que lutam pela sobrevivência no dia a dia.

A Índia, colônia britânica desde que a Companhia das Índias Orientais passou a ditar o poder na região em meados do século 18, foi dividida em 1947, após o sufocamento de movimentos de independência. À esquerda criou-se o Paquistão e, à direita, o Paquistão Oriental, que em 1972 se libertou e passou a se chamar Bangladesh.

Isso, no entanto, aconteceu cinco anos antes de Elizabeth subir ao trono. Em 1947, quem reinava era seu pai, George 6º. A divisão foi feita a partir de posições religiosas, levando a revoltas. Cerca de 12 milhões de pessoas tiveram que migrar a pé pelo país, o que causou entre 200 mil e 2 milhões de mortes.

A região de Bangladesh em si passou por diversos períodos de grandes fomes, como em 1770 (entre 1 milhão e 10 milhões de mortes), 1943 (até 3 milhões de mortes) e 1974 (até 1,5 milhão). Estima-se que, entre 1765 e 1938, o Reino Unido tenha levado -ou roubado, como preferem alguns- US$ 45 trilhões da região.

Na internet, houve comoção contra o rei Charles 3º após o vídeo em que ele vai assinar um documento e pede destrambelhadamente para que um funcionário tire o estojo de tinteiros de sua frente. "Imagine como ele é quando o mundo não está assistindo", escreveu Michael Walker, puxando uma série de comentários a respeito da deselegância do rei com seus auxiliares.

Na CNN, o correspondente Larry Madowo, no Quênia, explicou por que alguns africanos se recusam a participar do luto por Elizabeth 2ª. "Há um legado complicado na África. O conto de fadas diz que Elizabeth chegou ao Quênia em 1952 como princesa e saiu como rainha [ela estava no país quando o pai morreu]", disse.

"Mas isso foi o início dos oito anos em que a governo britânico colonial atacou brutalmente o movimento de libertação queniano. Um milhão de quenianos foram colocados em campos de concentração pelos britânicos e foram torturados e desumanizados. Então, pelo continente africano, tem muita gente dizendo que não vai chorar por ela, porque seus familiares sofreram atrocidades feitas pelo povo dela e ela nunca reconheceu isso completamente."